DIÁLOGOS SOBRE A ACESSIBILIDADE: ENCONTROS COM A DIFERENÇA

Dialogue about Accessibility: Meetings with the Difference

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira
Prefeitura Municipal de Campinas
Faculdade Jaguariúna (FAJ)

> Trata-se, então, de pensar a partir do descontínuo. O que supõe focalizar a atenção nas palavras fragmentárias, no movimento dos corpos, no silencio que envolve os corpos e as palavras enquanto expressões das energias e desfalecimentos. Na vulnerabilidade da sua afirmação, eles afiguram-se como acontecimentos que irrompem no espaço histórico. Esses actos constituem-se como gestos de resistências, ou seja, gestos que expressam a força de um devir e de um sentido que é sempre, enquanto resistência, um *devir-minoritário*. (VILELA, 2006, p. 110).

Refletir na acessibilidade como condição fulcral de desenvolvimento do outro que tem uma diferença, qualquer que seja sua especificidade, é colocar-se na escuta e no espaço de problematizar ações cotidianas que aparentemente estão perfeitas; ou no ciclo linear, a partir do olhar de um padrão normativo, diríamos que aparentemente estão “normais”. Abordar a normalidade é em primeiro lugar fraturar a norma como algo pré-dado e testemunhar que há uma construção histórica de padrões normativos, que podem e devem sofrer resistências. Como na citação acima, propulsora desta escrita, pensar o descontínuo é narrar resistências e quebras históricas que marcam ações de lutas, gestos corpóreos para um devir, um tempo outro, diríamos um tempo para o “encenar das diferenças”. É pela resistência que se abrem fendas para o olhar da diferença, para a entrada da diferença nos espaços que tendem a narrar e defender experiências iguais, olhadas e discursadas pelo “mesmo”: pelo padrão. Para, além disso, é possibilitar, com precisão ética, a construção de uma política de diálogo com os sujeitos que, de fato, necessitam de adequações físicas, estruturais, comunicacionais e relacionais. Como anunciado amplamente, o lema que mobiliza um movimento de luta, “**nada sobre nós, sem nós**”, presente nos documentos legais que discutem as políticas públicas de pessoas com deficiência em busca de acessibilidade e, ainda, fomentada no próprio discurso das pessoas com deficiência, aponta e afirma que a reflexão sobre tecnologias, acessibilidades

e o uso por pessoas com deficiência só é produtiva quando trazemos relatos, histórias de vida, e nos colocamos no permanente lugar de interagir com quem vive na pele limites e barreiras, seja física, sensorial, intelectual ou atitudinal, para modificarmos (nossas ações) pela “fala” que o “outro” nos remete. Isso parece simples, mas não é o que historicamente tem acontecido com as pessoas com deficiência que argumentam construções legais e análises sem a participação daqueles que irão usufruir do que temos chamado de acessibilidade. Produtos lançados sem um olhar de fato por aqueles que farão uso de tal instrumento. Políticas consolidadas sem o “alvará” ou participação efetiva dos grupos de pessoas com deficiência para representá-los.

Este panorama geral é importante primeiro para marcar as especificidades dentro do grupo nomeado “pessoas com deficiência”. A priori é comum achar que são todos iguais e que suas petições são de modo geral, as mesmas. Para exemplificar as pessoas surdas optam por não serem reconhecidas como pessoas com deficiência, uma vez que atrelam sua condição existencial como uma questão de diferença linguística, tais comunidades apontam pertencer a grupos minoritários que reivindicam questões étnicas e linguísticas, como imigrantes, indígenas, entre outros. Ainda assim, com esta ressalva as pessoas surdas fazem parte das políticas públicas que narram particularidades para pessoas com deficiência, dentro do espaço da educação especial, quando voltado o olhar para práticas pedagógicas. Uma luta ideológica travada, que ainda não está resolvida. Se a educação especial dialogar espaço para que o surdo se narre a partir da diferença linguística não há problema em “conversar” propostas políticas no mesmo espaço de luta, a questão é não exercer influencia para que tais pessoas façam uso prioritariamente da língua oral, apagando a língua de sinais como língua natural. Marca-se uma questão identitária na petição dos surdos quando optam por marcar a diferença linguística e não a ausência orgânica; retomando, se analisarmos o movimento das pessoas surdas estão articulados com lutas de minorias linguísticas que querem reconhecimento de sua língua em todos os espaços públicos e privados. Parece simples, mas veja: quantos profissionais, de fato, saem preparados para o encontro e um diálogo com

surdos? Será que em todos os espaços a presença da Libras (Língua Brasileira de Sinais) já está dada como direito? Por que a acessibilidade física é mais ofertada que a acessibilidade comunicacional? São questões a serem pensadas e que uma possível resposta é a invisibilização das pessoas surdas, ao passo que as inadequações físicas saltam mais facilmente aos olhos. Se um surdo não sinalizar, será facilmente confundido com um falante/ouvinte.

Por isso as instituições de ensino devem prover espaço para construção de uma política inclusiva (pedagógica e física) na qual as pessoas/alunos tenham espaço para marcar suas limitações e como podem ser auxiliadas. A acessibilidade é uma construção que depende da sensibilização e da partilha com o outro. Há necessidade de integrar áreas e saberes: a engenharia projeta e inova; a psicologia analisa as questões atitudinais; a pedagogia pensa em práticas pedagógica e todas estas áreas carecem de um retorno, um diálogo com pessoas que farão uso dos materiais, das reflexões e das inovações educacionais, ou físicas. Aponta-se a iniciativa da construção do **NIAC** (núcleo de inclusão e acessibilidade), pela gestão da Faculdade Jaguariúna (FAJ), como espaço que quer agregar vários protagonistas para alçarmos voos inclusivos maiores e mais eficazes: queremos aprender a partir da experiência do outro e de suas diferenças. A parceria e a escuta é fundamental. Sensibilizar futuros profissionais para pensar num mundo múltiplo, para além do olhar padronizado de normalidade é um ato educativo, mas acima de tudo uma ação política que promove uma criticidade fundamental para quem quer fazer a diferença.

Esta é uma pequena mostra de como a luta e a necessidade da "escuta" ainda devem ser garantidas legalmente até que se torne prática social – está aqui uma defesa da necessidade ainda de termos leis que fomentem e defendam a acessibilidade e a garantia de permanecia de pessoas com deficiência em qualquer espaço. Forma necessária para hoje refletirmos e vermos tantas pessoas com deficiências inseridas no ensino superior, construindo espaço de afirmação numa política plural. Anunciamos que a tecnologia em si não promove mudanças atitudinais, mas é um passo, para aquele que produz pensar e se colocar no lugar do outro. Há muitas inovações que não ganham tanto

investimento por conta de análises mercadológicas de pouca perspectiva de venda: o capitalismo que quantifica e pensa no lucro antes de ponderar os benefícios para o "humano". Enfim, para além desta análise é possível afirmar que as pessoas com deficiência e pessoas surdas cada vez mais tem buscado meios tecnológicos para diminuir suas barreiras em busca de uma maior autonomia: celulares com programas distintos para auxiliar surdos e cegos; equipamentos visuais como avisos luminosos em substituição da campainha convencional; cadeiras de roda cada vez mais moderna; uso de lupas; software tradutor virtual para a Libras; enfim, um arsenal de possibilidades que são investidas por estas pessoas. Isso nos faz ver a maleabilidade e adequação destas pessoas com a tecnologia, uma vez que a acessibilidade é uma luta diária, e quem vivencia na pele barreiras cotidianas sabe o valor para si de oportunidades de driblar e superar tais limites.

Para finalizar retoma-se que nenhuma ação tecnológica imprescinde uma mudança postural da sociedade, de modo geral. O encontro com a diferença sempre é a melhor forma de aprendermos a olhar para além da janela que costumamos enquadrar nosso mundo, amplia-se horizontes quando notamos outras saídas, outras verdades, outras possibilidades de mirar o mundo diferente do habitual.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

VILELA, E. Resistência e Acontecimento. As palavras sem centro. In: GONDRA, J. KOHAN, W. (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 107-128.